



ACÓRDÃO Nº 544/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11578/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2482/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2201/2203).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas-FVS/AM, exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Recomendar à Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM que:

10.2.1. Cumpra a legislação, Lei nº 8.245/91, art. 22 incisos I e IV para evitar futuras impropriedades;



ACÓRDÃO Nº 544/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.2. Com relação ao pagamento de multas de trânsito, NE nº 0665 de 25/03/2015 no valor de R\$ 724,00, que o gestor cumpra com o princípio do equilíbrio fiscal, pois todas as despesas fixadas devem estar cobertas pelas receitas previstas, para evitar futuras impropriedades, abstendo-se de cumprir responsabilidades estranhas a sua competência;

10.2.3. Cumpra o princípio constitucional previsto no art. 37 da Constituição Federal, ademais que implante o mais rápido o controle interno nas dependências do órgão;

10.3. Dar quitação ao **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral